**Intervenção e consentimento:
a política educacional do Banco Mundial**
**Intervention and agreement:
the educational policy of the World Bank**
Intervention et consentement :
la politique éducationnelle de la Banque Mondiale

de: Maria Abádia da Silva.

Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fapesp, 2002. 224 p.

ISBN 85-7496-039-X

A autora coloca-nos ante uma análise que aprofunda a compreensão do jogo político que marcou o decurso das duas últimas décadas no Brasil. De um lado, o capital, organizando suas cartas para garantir sua reprodução; de outro, o esforço das organizações da sociedade civil, exigindo que o Estado cumpra seu papel como guardião do interesse público, como contraposição ao jogo do capital.

No âmago dessa arena de interesses conflitantes, a autora situa o papel que exercem as agências de financiamento internacional no sentido de cooperar para a fixação das regras do jogo, por meio de suas políticas de crédito. Certamente, essa cooperação não se faz sem a imposição de condicionalidades – ou exigências prévias – aos acordos financeiros. A partir desse pressuposto, o estudo mostra como o governo federal e parte dos governos estaduais submetem-se às condições estabelecidas pelas agências de crédito, permitindo, assim, uma intervenção sistemática e direta na definição de políticas econômicas e sociais dos países credores.

Em consequência, o padrão de desenvolvimento dos Estados da América Latina vem sendo construído com base nas imposições decorrentes do interesse do capital financeiro internacional, fragmentando os países em “pedaços econômicos” e permitindo que o capital estabeleça o valor de cada fragmento para seu melhor uso. Assiste-se, assim, ao recrudescimento da assimetria econômica e social, não somente entre países, mas entre partes de uma mesma nação.

A aplicação das políticas de ajuste estrutural no Brasil, durante as décadas de oitenta e noventa, permitiu que o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial atuassem como governos paralelos, inclusive mediante a modificação do desenho jurídico-institucional do País, para permitir a participação direta dessas agências.

No campo da educação, o Banco passa a atuar, a partir do início da Nova República, como um dos principais mentores das políticas públicas, ajustando o ideário educacional às exigências do projeto econômico de corte neoliberal, preconizando a redução de recursos do Estado, o autofinanciamento e a captação de verbas alternativas para a escola pública. A sociedade brasileira viu instituir-se um projeto de reconstrução nacional mais comprometido com as pressões internacionais do que com as propostas oriundas de setores nacionais independentes. As estratégias de descentralização e flexibilidade dos sistemas de ensino, em vez de conduzir à autonomia escolar, preconizada pela comunidade educacional, prepararam o caminho para o fortalecimento da educação privada e o afastamento do Estado de seu papel de provedor dos direitos sociais recém conquistados pelo processo constituinte.

O trabalho da autora oferece ao leitor uma análise circunstanciada sobre a evolução da política educacional brasileira, compreendendo-a a partir do movimento histórico da reconstrução do Estado e da intervenção de condicionantes externos. Nesse contexto, o consentimento concretiza-se pela reconfiguração jurídico-legal que permite, cada vez mais, a redução dos investimentos públicos para os serviços essenciais e a intensificação de procedimentos que aniquilam direitos sociais. Significa, também, a aceitação, por parte das instituições brasileiras, de pressupostos do modelo de desenvolvimento econômico prescrito e dirigido por corporações financeiras internacionais.

A leitura da obra *Intervenção e consentimento* mostra que se trata de uma peça imprescindível, não apenas para a análise do passado recente da educação brasileira, mas também para a sinalização de seu futuro, orientado por outras possibilidades políticas que se aproximem das demandas e expectativas dos sujeitos locais.

Marília Fonseca, Doutora, Professora das Faculdades de Educação da Universidade de Brasília e da Universidade Federal de Uberlândia.
E-mail: fmarilia@unb.br